



# **2º SIMULADO DE RETA FINAL** **DPE BA - DEFENSOR**

# Simulado DPE-BA Defensor

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Defensor Público do Estado da Bahia;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DPE-BA-Defensor-10-07>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E  |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E  |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E  |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E  |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E  |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E  |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E  |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E  |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E  |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E  |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E  |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E  |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E  |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E  |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E  |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E  |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E  |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E  |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E  |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**DIREITOS HUMANOS**

Lúcia Reinert

**01.** Em relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- I) Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, em 24 horas, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade
  - II) O Supremo Tribunal Federal reconheceu como constitucional a agravante da Reincidência, conforme julgamento do RE 453000 da Rel. Marco Aurélio, julgado em 04.04.2013, coadunando-se com o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
  - III) A Corte Interamericana já se manifestou pela compatibilidade das leis de autoanistia com a CADH
- a) Todas as afirmações são corretas.
  - b) Todas as afirmações são incorretas
  - c) Apenas a I e II estão corretas.
  - d). Apenas a I está correta.
  - e) Apenas a I e III estão corretas.

**02.** Exercendo, o poder normativo que lhe corresponde, a Assembleia Geral da OEA, campo de representação democrática dos Estados Membros, aprovou em sessão plenária realizada em 07 de junho de 2011 a Resolução n. 2656, intitulada “Garantias de acesso à justiça: o papel dos defensores públicos oficiais”, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Resolução da OEA constitui importante passo na concretização do acesso à justiça no sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, eis que reconhece a importância do papel do defensor público como instrumento essencial para a concretização do acesso à justiça.
- b) A Resolução faz referência tanto ao PIDCP quanto a CADH, referindo que as duas prevêm a hipótese de o Estado garantir um defensor público aos acusados em processo penal, quando estes não constituírem ou não tiverem condições financeiras de fazerem por meios próprios.

c) Reconhece os esforços dos Estados americanos que já implementaram suas respectivas Defensorias Públicas e incentiva os membros que não o fizeram a fazê-lo, consagrando assim o sistema público de assistência jurídica e demonstrando o interesse de que o modelo público seja adotado proporcionando efetivo acesso à justiça àqueles em situação de vulnerabilidade.

d) Outro aspecto que vale ressaltar no texto da Resolução é o reconhecimento a figura do defensor público interamericano, criada através de convênio com a Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEP), visando proporcionar dentro do sistema regional, perante os órgãos internacionais da OEA, assistência jurídica gratuita às pessoas pobres, através de um defensor público, objetivando a adequada tutela destes interesses.

e) O acesso à justiça merece ser reconhecido como direito humano fundamental, eis que possibilita que se restabeleça o exercício dos direitos que tenham sido ignorados ou violados, por intermédio da atuação da Defensoria Pública.

**03.** Diante da Convenção Americana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta em relação as garantias processuais asseguradas:

- a) Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de 24 horas, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista ou fiscal.
- b) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto inclusive quando comprovada legalmente sua culpa.
- c) trata-se direito do acusado de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor, não sendo lhe assegurado o direito à autodefesa.
- d) Direito renunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.

e) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

**04.** Diante de diversos cenários de violência contra a mulher trans, inclusive internacionalmente, eis que em maio de 2018, a CIDH registrou a primeira decisão judicial da região que reconheceu a figura jurídica do transfemicídio agravado por ódio à identidade de gênero, bem como em dezembro de 2018, a Vara Criminal de Huila condenou o autor do homicídio de uma mulher trans pelo crime de feminicídio, sendo a primeira vez naquele país que a figura penal do feminicídio foi aplicada em relação a uma mulher trans, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ressalta as altas cifras de violência e discriminação contra as pessoas trans e de gênero, bem como ressalta a importância de prevenir, investigar com a devida diligência, sancionar e reparar os atos de violência e discriminação cometidos contra elas.
- b) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconhece as medidas adotadas por alguns Estados que, diante da falta de uma legislação sobre identidade de gênero, procuram garantir o pleno acesso ao direito a voto das pessoas trans, removendo obstáculos ou discriminação em razão da sua identidade e/ou expressão de gênero.
- c) Na opinião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os Estados devem assegurar que o acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais não sejam negados às pessoas trans por qualquer fundamento, inclusive com base em discriminação ou preconceitos
- d) Os Estados devem avançar promovendo medidas afirmativas que atendam especificamente as necessidades das pessoas trans, e procurem superar as barreiras estruturais e históricas enfrentadas por estas pessoas para o exercício pleno e integral dos direitos inerentes a condição humana.
- e) É essencial que os Estados adotem medidas eficazes visando a transformação cultural, a fim de erradicar a violência e a discriminação contra as pessoas trans, com base na cláusula de não igualdade e proibição da discriminação, que é um princípio fundamental, requisito e condição essencial para o pleno exercício dos direitos humanos

**05.** Em relação a Convenção Interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância, assinale a alternativa correta:

- I) Trata-se do primeiro documento internacional juridicamente vinculante que, de forma expressa, condena a discriminação baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero
  - II) A Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância traz os conceitos de a) discriminação e b) discriminação indireta
  - III) Reafirma o princípio da igualdade e da não-discriminação e que todo ser humano goza do direito ao reconhecimento, exercício e proteção, em condições de igualdade, individual e coletivamente, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais previstos na legislação interna e nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados-parte.
  - IV) Não foi assinada pelo Brasil, que ao contrário dos países da Argentina, Equador e Uruguai assinaram o documento no mesmo dia da aprovação.
- a) Todas estão corretas
  - b) Apenas duas afirmações estão incorretas.
  - c) Apenas uma está incorreta
  - d) Todas estão incorretas
  - e) Apenas duas estão corretas.

**06.** A fim de assegurar, promover e efetivar os direitos das mulheres, assinale a alternativa correta em relação a Convenção de Belém do Pará.

- a) O Brasil não ratificou a Convenção de Belém do Pará, por entender que os direitos e garantias nela propostos, não estavam relacionadas as violações de direitos sofridas pelas mulheres no nosso país.
- b) Foi reconhecido que a violência contra a mulher se restringia ao espaço público, eis que o domínio privado não era espaço de interferência do Estado, sob risco de violar a privacidade e intimidade dos seios familiares.
- c) Foi o primeiro tratado internacional a reconhecer de forma enfática a violência contra a mulher como um fenômeno generalizado. (independentemente de idade, classe social, raça, etc.)



d) Por descumprir a referida convenção, o Brasil foi responsabilizado perante a Corte Interamericana no caso Maria da Penha vs. Brasil.

e) O primeiro caso de violência contra a mulher encaminhado à Comissão Interamericana e relacionado ao Brasil envolvia a Sra. Maria da Penha, tanto que culminou na responsabilização pelo estado brasileiro.

**07.** Diante do contexto de violência contra a mulher e o reconhecimento da imprescindibilidade de serem adotadas medidas proporcionais e justas para assegurar o pleno e integral respeito do direito das mulheres, assinale, em relação a Convenção de Belém do Pará, a alternativa incorreta:

a) Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humano. Os Estados Partes reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos

b) Para a Convenção de Belém do Pará, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

c) A fim de proteger o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, os Estados Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Corte Interamericana sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência, bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuam para a violência contra a mulher.

d) Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou qualquer entidade não-governamental juridicamente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, poderá apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições referentes a denúncias ou queixas de violação dos direitos e garantias assegurados na Convenção de Belém do Pará.

e) Os Estados Partes da Convenção de Belém do Pará e a Comissão Interamericana de Mulheres poderão

solicitar à Corte Interamericana de Direitos Humanos parecer sobre a interpretação desta Convenção

**08.** Dentro do contexto de interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, o Direito à moradia é internacionalmente reconhecido como direito humano fundamental. Deste modo, forçoso reconhecer a admissibilidade de despejos coletivos forçados sem respeito à parâmetros mínimos de observância obrigatória de direitos e garantias fundamentais. Em relação a esses direitos, assinale a alternativa que não corresponda ao direito internacional dos direitos humanos.

a) A Comissão da ONU para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, identificou uma série de elementos básicos no que diz respeito à moradia, entre eles a segurança jurídica para a posse, a disponibilidade de infraestrutura básica para a garantia da saúde, segurança, conforto e nutrição dos titulares do direito.

b) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação.

c) De acordo com Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio.

d) O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece o reconhecimento de uma moradia adequada a todas as pessoas.

e) Por não ser prioridade internacional dos Direitos Humanos, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU deixou de tecer comentários específicos sobre a segurança e limites da posse.

**09.** O Brasil foi condenado no caso Damião Ximenes Lopes, perante o sistema interamericano de Direitos Humanos, por violação de direitos das pessoas com deficiência e transtorno mental. Assinale, portanto, a alternativa INCORRETA, em relação aos principais pontos da sentença envolvendo o estado brasileiro:

- a) A Corte Interamericana além de atestar que o Brasil foi responsável pela violação dos direitos à vida e à integridade física de Damião, enfatizou que os atos imputados aos funcionários da Casa de Repouso de Guararapes eram de inegável responsabilidade do Estado brasileiro, uma vez que aquele ente estava sendo pago e supervisionado, então, pelas verbas públicas do Sistema Único de Saúde.
- b) A Corte reconheceu que o Estado Brasileiro é livre para delegar a execução dos serviços de saúde pública, mas tal delegação aos entes privados não elide a responsabilidade primária sobre eventuais abusos ou negligências.
- c) A Corte Interamericana reconheceu que as pessoas com deficiência, por sua extrema vulnerabilidade, exigem do Estado maior zelo e prestações positivas de promoção de seus direitos.
- d) A Corte reconheceu que a sentença proferida no Caso Damião Ximenes Lopes vs. Brasil, foi a primeira de mérito contra o Brasil, mas não foi a primeira na qual a corte analisou violações de direitos humanos de pessoa com doença mental.
- e) A corte determinou que não basta que os Estados se abstenham de violar os direitos, mas que é essencial que implementem "medidas positivas", que devem ser adotadas em função das necessidades particulares de proteção do indivíduo.

**10.** O envelhecimento social é visto como um dos maiores desafios da atualidade, eis que de acordo com o relatório sobre Perspectivas da População Mundial da Organização das Nações Unidas, estima-se que até o ano 2050 o número de pessoas com mais de 60 anos de idade dobrará e triplicará até 2100, quando a população crescerá de 962 milhões de pessoas em 2017 para 2100 milhões em 2050 e 3100 milhões no ano 2100. Diante desse cenário, assinale a alternativa incorreta em relação ao envelhecimento da pessoa humana.

- a) O Plano Internacional de Ação de Viena sobre o envelhecimento, teve como base documentos fundamentais para sua elaboração, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Recomendação 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalhadores Idosos, do ano de 1980, a Convenção 128(6) da Organização Internacional do Trabalho sobre Invalidez, Velhice e benefícios de sobreviventes, de 1967. No mais, a principal motivação foi a preocupação com o crescimento e envelhecimento da população.
- b) Entre os objetivos esboçados pela Declaração de Viena estão o incentivo ao desenvolvimento da educação, formação e pesquisa para responder ao envelhecimento da população mundial e promover um intercâmbio internacional de habilidades e conhecimentos.
- c) Na Declaração de Brasília, ficou reconhecido que o envelhecimento é uma das maiores realizações da humanidade seja na América Latina ou no Caribe, onde a população tem envelhecido de maneira homogênea e que em alguns países o processo está mais avançado do que em outros.
- d) A Organização dos Estados Americanos (OEA) cuida da questão do envelhecimento humano de modo ainda tímido. Observa-se que no Protocolo de San Salvador o envelhecimento foi desmembrado em quatro garantias relacionadas a proteção diferenciada, quais sejam oportunidades de trabalho, criação de um ambiente acessível e participação social.
- e) A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas reconhece a importância da participação da sociedade civil na elaboração, aplicação e controle de políticas públicas destinadas as pessoas idosas.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcos Gomes

**11** Quanto à regulamentação dos direitos e garantias individuais e coletivos na Constituição da República, assinale a alternativa correta:

- a) é assegurada, nos termos da lei complementar, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- b) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes desde que devidamente representados por advogado ou defensor público.
- c) embora não o sejam nos processos judiciais, provas obtidas por meios ilícitos podem ser admitidas no processo administrativo.
- d) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando acordado pelas partes ou o interesse social o exigirem.
- e) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

**12.** O artigo 6º da Constituição da República prevê os direitos sociais. Assinale a alternativa que menciona incorretamente um direito:

- a) saúde.
- b) alimentação.
- c) propriedade.
- d) educação.
- e) trabalho.

**13.** Assinale a alternativa que menciona corretamente um dos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais pela Constituição Federal:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.
- b) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

- c) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo individual.
- d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- e) adicional de remuneração para as atividades extenuantes, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

**14.** Consoante previsão constitucional acerca da nacionalidade:

- a) De acordo com a Constituição Federal, o filho de pais estrangeiros nascido na República Federativa do Brasil será considerado estrangeiro, em qualquer situação.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, filhos de pais brasileiros, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida dos originários de países de língua portuguesa apenas residência por cinco anos ininterruptos e idoneidade moral.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- e) Aos estrangeiros, mesmo que com residência permanente no Brasil, é vedado o acesso a cargos públicos.

**15.** A Constituição Federal tem como um de seus fundamentos o pluripartidarismo político (CF, art. 1º, V). Neste sentido, o art. 17 da Carta Magna estabelece que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, desde que observados alguns preceitos. Assinale a alternativa NÃO mencionada entre esses preceitos:

- a) caráter nacional.
- b) acesso ao fundo partidário.
- c) proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- d) prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- e) funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

**16.** Acerca da Organização Político-Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os territórios federais não são dotados de autonomia política.
- b) Cabe à União exercer as prerrogativas de soberania do Estado brasileiro, quando representa a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
- c) A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios.
- d) A criação de Territórios Federais será regulamentada em lei complementar.
- e) É expressamente vedada a criação de distinções entre brasileiros pelos entes federativos.

**17.** Assinale a alternativa que NÃO menciona um dos bens da União, conforme estabelecido pela Constituição Federal:

- a) o mar territorial.
- b) os potenciais de energia elétrica.
- c) os recursos minerais, salvo os do subsolo.
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- e) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.

**18)** Acerca dos princípios da Administração Pública definidos na Constituição Federal de 1988:

- a) Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aplicam-se sempre à Administração pública direta e em alguns casos à Administração pública indireta.
- b) A supremacia do interesse público, pela sua envergadura prevalente, pode ser discricionariamente invocada para afastar o princípio da transparência.
- c) A economicidade, como princípio finalístico, pode se sobrepor ao princípio da legalidade.
- d) A obrigatoriedade da realização de concurso público aplica-se para preenchimento de cargo eletivo e emprego público.
- e) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

**19.** Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta de acordo com a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) É formalmente inconstitucional lei estadual que concede descontos aos idosos para aquisição de medicamentos em farmácias localizadas no respectivo estado.
- b) É constitucional lei estadual que fixa critério etário para o ingresso no Ensino Fundamental diferente do estabelecido pelo legislador federal diante das particularidades do estado.
- c) É constitucional a legislação estadual que estabelece a redução obrigatória das mensalidades da rede privada de ensino durante a vigência das medidas restritivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.
- d) É inconstitucional a norma federal que prevê a forma de atualização do piso nacional do magistério da educação básica, por ferir a competência estadual para fixar a remuneração conforme a realidade financeira do estado.
- e) É cabível a requisição administrativa, pela União, de bens insumos contratados por unidade federativa e destinados à execução do plano local de imunização, ainda que os pagamentos já tenham sido empenhados.



**20.** Sobre os efeitos jurídicos do coronavírus, de acordo com o Supremo Tribunal Federal:

- a) São inconstitucionais as normas estaduais, editadas em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, pelas quais veiculados a proibição de suspensão do fornecimento do serviço de energia elétrica, o modo de cobrança, a forma de pagamentos dos débitos e a exigibilidade de multa e juros moratórios.
- b) Ainda que em condições de recrudescimento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), é constitucionalmente aceitável que o governo federal realoque as políticas públicas de saúde, por exemplo redirecionando para outra rubrica os valores até então destinados a Unidades de Terapia Intensiva nos estados, custeados pela União.
- c) A União detém o poder central hierarquizado para determinar as medidas a serem tomadas no combate à pandemia, cabendo aos estados e municípios a execução do modelo coordenado e a complementação conforme suas especificidades.
- d) É dever do Poder Público elaborar e implementar plano específico para o enfrentamento da pandemia COVID-19 nas comunidades quilombolas.
- e) É possível o fechamento de fronteiras pelos estados para conter o avanço da pandemia, uma vez que estes detêm o poder de regulamentar o transporte intermunicipal.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**21.** Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, os interventores de Municípios, bem como os titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado.
- b) É possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde

que presentes a razoabilidade da alteração e a preservação da igualdade entre todos os candidatos, ainda que acarrete ônus desproporcional à Administração Pública.

- c) É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa, salvo em fase recursal.
- d) É incabível a requisição administrativa, pela União, de bens insumos contratados por unidade federativa e destinados à execução do plano local de imunização, cujos pagamentos já foram empenhados.
- e) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**22.** Considerando-se as disposições da CF e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre Organização Administrativa, é correto afirmar que:

- a) As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.
- b) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, integrantes da Administração indireta, são pessoas jurídicas de direito privado, decorrentes da desconcentração administrativa.
- c) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.
- d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- e) Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado devem adotar o regime jurídico único para seus servidores.

**23.** No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República e dos Governadores, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- b) Dirigente de entidade privada que administra recursos públicos pode responder sozinho por improbidade.
- c) A conduta do servidor público municipal de frustrar a licitude de concurso público configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sancionada a título de dolo ou culpa.
- d) É ilegítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.
- e) É imprescindível a demonstração de dilapidação patrimonial para a decretação da medida de indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa.

#### **DIREITO AMBIENTAL**

Thiago Leite

**24.** Assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.
- b) O STF e o STJ admitem a imputação da responsabilidade penal ambiental à pessoa jurídica, afastando a teoria da dupla imputação.
- c) O agente autuante, ao lavrar o auto de infração ambiental, indicará a sanção cabível, observando, dentre outros aspectos, à situação social do infrator.
- d) A responsabilidade civil ambiental é pessoal, só podendo recair sobre o causador direto do dano.
- e) O STJ não admite o ressarcimento pelo dano ambiental moral coletivo, pois não há como individualizar o prejuízo.

**25.** Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da prevenção se aplica quando os riscos ambientais são incertos e desconhecidos.
- b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- c) O STF tem entendido que o conceito moderno de meio ambiente se circunscreve ao meio ambiente natural, representado pelos bens naturais, como água, ar, solo.
- d) A competência para legislar sobre proteção do meio ambiente é concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- e) É imprescritível a pretensão reparatoria de danos ao meio ambiente.

#### **DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Felipe Cavalcante

**26.** A respeito do benefício de prestação continuada previsto na lei n. 8.742/93, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.
- b) O benefício previdenciário concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade não será computado para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso da mesma família.
- c) O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos previstos em lei.
- d) O benefício de prestação continuada concedido a pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, a outra pessoa com deficiência da mesma família.
- e) Para a concessão do benefício assistencial de prestação continuada, além do critério objetivo de renda, poderão ser utilizados outros elementos comprobatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar.

**DIREITO PENAL**

Michael Procópio

**27.** Sobre a contagem de prazo no Código Penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.
- b) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- c) Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- d) O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato.
- e) O prazo penal é utilizado somente em âmbito de direito penal material, não sendo aplicável a prazos híbridos, ou seja, que possuem teor de direito material e de direito processual.

**28.** Acerca do instituto da transação penal, previsto no art. 76 da Lei 9.099/95, assinale a alternativa que está em harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- a) A homologação da transação penal faz coisa julgada material. Descumpridas suas cláusulas, no entanto, pode o Ministério Público dar continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- b) A homologação da transação penal faz coisa julgada material. Descumpridas suas cláusulas, no entanto, inviável a retomada a situação anterior, cabendo à Defensoria Pública requerer ao juízo que seja oferecida nova transação penal, com termos diversos daqueles do acordado anteriormente ofertado.
- c) A homologação da transação penal faz coisa julgada material. Descumpridas suas cláusulas, no entanto, inviável a retomada a situação anterior, cabendo ao Ministério Público requerer a condenação do acusado em multa pelo descumprimento do acordo.
- d) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material. Descumpridas suas cláusulas, no entanto, pode o Ministério Público oferecer novo acordo ou dar continuidade da persecução penal

mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

- e) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material. Descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

**29.** São elementos da conduta, na visão finalista de Hans Welzel:

- a) Vontade (elemento volitivo), Consciência (elemento intelectual) e Finalidade, apenas.
- b) Vontade, Exteriorização, Consciência, Finalidade.
- c) Vontade, Conhecimento da ilicitude, Exteriorização, Consciência, Finalidade.
- d) Cogitação, Assunção de riscos, Exteriorização, Consciência, Finalidade.
- e) Vontade, Exteriorização, Consciência da ilicitude, Finalidade, Consequência.

**30.** O Código Penal prevê o instituto da Prescrição, que é uma causa de extinção da punibilidade. Uma vez declarada, o Estado Brasileiro é impossibilitado de exercer o *jus puniendi*. Assinale a alternativa **incorreta** acerca da prescrição:

- a) As majorantes são levadas em conta para se fixar o prazo prescricional do caso.
- b) O curso da prescrição é interrompido pelo acórdão confirmatório da condenação de primeiro grau.
- c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso na data da sentença condenatória é maior de 70 (setenta) anos. O termo sentença deve ser compreendido como a primeira decisão condenatória, seja sentença ou mesmo acórdão proferido em recurso de apelação.
- d) Apesar de se tratar de questão controversa na doutrina, o Superior Tribunal de Justiça pacificou, com a elaboração da Súmula nº 238, o entendimento de que é cabível o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva virtual.

e) A prescrição da pena de multa ocorrerá no prazo de 02 (dois) anos, quando a multa for a única pena cominada ou aplicada.

**31.** Quanto ao crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, previsto no art. 122 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

a) Em todos os casos de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, há a necessidade de resultado naturalístico.

b) Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, induzindo, instigando ou auxiliando a suicídio ou automutilação, aplica-se em triplo a pena.

c) Se da automutilação resultar em morte e o crime do art. 122 do Código Penal for cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, responde o agente pelo crime de lesão corporal seguida de morte, nos termos do art. 129 § 3º do referido Código.

d) se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual, ele terá sua pena aumentada em metade.

e) A pena é triplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.

**32.** Karol, primária de bons antecedentes, viajou para a cidade em que moram os seus tios, Mary e Louis, de 54 e 60 anos respectivamente, na cidade de Belo Horizonte/MG. Durante sua estada, de uma semana, percebeu que seus tios deixavam bolsas e carteiras espalhados pela casa quando chegavam do trabalho. Aproveitando-se dessa situação, todos os dias, Karol pegava algumas moedas, notas de pequeno valor, que ao final do período, totalizaram um prejuízo para as vítimas de R\$ 282,50. Sentindo o sumiço do dinheiro, os Tios de Karol olharam as gravações das filmagens e viram sua sobrinha abrindo e retirando dinheiro da bolsa e também da carteira. Diante disso, verifica-se:

a) A prática de vários crimes de furto consumado, em concurso material de delitos.

b) O cometimento de violência patrimonial, nos termos da Lei Maria da Penha.

c) A necessidade de representação dos tios como condição de procedibilidade.

d) A isenção de pena, por se tratar de parentes próximos em coabitação.

e) A ocorrência de furto privilegiado, em continuidade delitiva.

**33.** Assinale a alternativa INCORRETA, considerando o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores:

a) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

b) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

c) É aplicável o princípio da insignificância nas contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas, entendimento que não se aplica no caso de crimes.

d) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

e) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.



**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**34.** A respeito do inquérito policial, é correto afirmar:

- a) o inquérito policial é mero procedimento preparatório, de modo que não existe previsão legal de requerimento de diligências à autoridade policial.
- b) é direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova que, mesmo ainda não documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) após seu arquivamento, o inquérito policial poderá ser desarquivado, a qualquer momento, se houver notícia de novas provas – mesmo sem anuência do Ministério Público.
- d) a ausência de representação em ação penal privada não impede que a autoridade policial instaure o inquérito policial.
- e) um policial militar que seja investigado por tentativa de homicídio no exercício profissional deverá ser citado para constituir defensor; caso não o faça, o delegado deverá nomear um advogado para que o reprente no procedimento. em caso de policial militar investigado por fato relacionado ao uso de força letal em serviço, o indiciado possui direito de constituir defensor, bem como a prerrogativa de que, caso não seja constituído advogado particular, seja-lhe nomeado defensor público pela autoridade policial.

**35.** Segundo o Código de Processo Penal, a ação penal

- a) privada não pode ser instaurada após decorridos mais de seis meses desde a data em que o ofendido tomou conhecimento sobre o autor do crime.
- b) em caso de contravenção penal, pode ser iniciada apenas com o auto de prisão em flagrante.
- c) pública condicionada considera-se perempta quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- d) pública condicionada depende de representação do ofendido, que somente pode ser retratada antes do recebimento da denúncia.

e) privada subsidiária pode ser intentada quando o Ministério Público deixar de oferecer denúncia no prazo legal, qual seja, 30 (trinta) dias quando o réu estiver solto ou afiançado.

**36.** A respeito da competência no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Nos casos de exclusiva ação privada, o ofendido não poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, quando conhecido o lugar da infração.
- b) Em caso de conexão, dentre outros motivos relevantes, será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em tempo ou lugar distintos, bem como quando excessivo o número de acusado, de modo a não prolongar a prisão provisória.
- c) Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar o procurador-geral da República, somente em caso de crime comum.
- d) Na determinação da competência por conexão ou continência, existindo concurso de jurisdições da mesma categoria, deverá prevalecer aquela do lugar em que praticada a infração contra vítima hipossuficiente.
- e) No caso de crime de estelionato praticado pela emissão de cheque sem fundos, a competência será do juízo do local em que o agente criminoso mantém a conta-corrente (agência sacada).

**37.** Sobre as medidas cautelares e a liberdade provisória, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

- a) no crime de furto praticado durante o repouso noturno (pena aumentada de um terço, nos termos do § 1º do art. 155 do CP), a autoridade policial pode arbitrar fiança em caso de flagrante.
- b) as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- c) a prisão preventiva poderá ser determinada ainda quando for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, desde que o crime revele gravidade, a critério do juiz.
- d) o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) nos casos em que couber fiança, o juiz ou a autoridade policial, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o a outras obrigações previstas em lei e a outras medidas cautelares, se for o caso, isentando-o do recolhimento de bens ou valores.

**38.** Em relação ao procedimento do Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público.
- b) a competência constitucional do Tribunal do Júri sempre prevalece sobre o foro por prerrogativa de função.
- c) em regra, será permitido o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário; a necessidade é inerente ao plenário, com a presença de várias pessoas.
- d) em caso de condenação superior a 15 anos de reclusão, a lei determina que o réu inicie imediatamente a execução da pena, devendo o juiz determinar a expedição de mandado de prisão que,

em caso de não cumprimento, implicará na deserção de eventual recurso interposto.

- e) durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos, ressalvando-se aqueles cujo conhecimento a outra parte já possua.

**39.** No tocante aos recursos e ações autônomas de impugnação no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Não é cabível a revisão criminal da sentença absolutória imprópria.
- b) A apresentação de razões de apelação fora do prazo legal impede o conhecimento do recurso, ainda que este tenha sido interposto tempestivamente.
- c) Da decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva caberá recurso em sentido estrito.
- d) Em caso de sentença condenatória publicada no dia 20 de maio, em uma segunda-feira, sendo o defensor intimado na mesma data, o prazo para interpor recurso de apelação se encerrará exatamente no dia 25 subsequente.
- e) Admitem-se embargos infringentes e de nulidade em face de acórdão proferido em sede de apelação, não unânime e desfavorável ou não ao réu, os quais poderão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E EXECUÇÃO PENAL**

Ivan Marques / Vitor de Luca

**40.** A respeito das disposições processuais da Lei de Lavagem de Bens, Direitos e Valores - Lei 9.613/96, indique a alternativa correta:

- a) a ordem de prisão de pessoas ou as medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores poderão ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata puder comprometer as investigações.
- b) quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa física, impedidas as pessoas jurídicas, para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.
- c) no processo por crime de lavagem de capitais, não se aplica a suspensão do processo disposta no art. 366 do Código de Processo Penal, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por hora certa, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.
- d) a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, salvo se extinta a punibilidade da infração penal antecedente.
- e) o processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes antecedentes a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.

**41.** A respeito das regras específicas dos Juizados Especiais Criminais, aponte a alternativa integralmente correta:

- a) a formalização do auto de prisão em flagrante será possível se o suspeito se recusar a comparecer ao JECRIM quando for notificado para a audiência preliminar.
- b) da decisão que homologa a composição civil dos danos, caberá apelação, por força de seu caráter definitivo decorrente da extinção da punibilidade pela renúncia ao direito de queixa ou de representação.

c) o Ministério Público poderá optar pela apresentação de proposta de transação penal em caso de arquivamento.

d) o crime de lesão corporal passou a ser condicionado à representação da autoridade policial, como condição objetiva de procedibilidade, apenas nos casos da lesão ser leve ou culposa e não for hipótese de aplicação da Lei Maria da Penha.

e) a suspensão será revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo do período de prova, por contravenção penal.

**42.** No conjunto normativo das figuras típicas dos delitos contra o meio ambiente, não se mostra como atenuante específica da Lei 9.605/98:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.
- c) comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- d) colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- e) a menoridade relativa.

**43.** Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.

- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

**44.** Em relação ao tratamento penal dado pela Lei 8.069/90, aponte a alternativa correta:

- a) a suspeição e a nulidade são as únicas sanções previstas para a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- b) a adequação formal da conduta da venda de explosivo ao tipo penal somente será possível se o destinatário do produto for criança, tendo o legislador deixado o adolescente fora do tipo penal.
- c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui causa de aumento de pena se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
- d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura já tem o condão de consumir o delito.
- e) não se mostra possível a adequação típica ao delito de corrupção de menores, os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos.

**45.** A respeito das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos - Regras de Mandela, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) todos os reclusos devem ter acesso aos seus registros, nos termos previstos em legislação interna, e direito a receber uma cópia oficial destes registros no momento da sua libertação.
- b) a luz artificial deve ser suficiente para permitir aos reclusos ler ou trabalhar sem prejudicar a vista.
- c) as regras pretendem descrever em pormenor um modelo de sistema prisional.
- d) é necessário respeitar as crenças religiosas e os preceitos morais do grupo a que pertença o recluso.
- e) todos os reclusos devem ser tratados com o respeito inerente ao valor e dignidade do ser humano.

**46.** Milton, reincidente específico no crime de roubo simples, foi definitivamente condenado por ter praticado um terceiro roubo exercido mediante grave ameaça com uma arma de brinquedo. Ciente das alterações da Lei Anticrime (Lei 13.964/2019), o requisito objetivo para fins de progressão de regime será atingido após:

- a) 25%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 60%

## DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

**47.** Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- a) casar-se e constituir união estável.
- b) exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- c) exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- d) a prática atos relacionados aos direitos de natureza negocial.
- e) exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.



**48.** O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos. Essa garantia de prioridade compreende:

- a) atendimento certo, mesmo que não imediato e individualizado, junto aos órgãos privados fornecedores de produtos à população.
- b) preferência na formulação, mas nem sempre na execução de políticas sociais.
- c) priorização do atendimento asilar do idoso, em detrimento própria família, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- d) estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais sobre o rejuvenescimento.
- e) prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

**49.** Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

- a) Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
- b) O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito da tomada de decisão apoiada.
- c) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja divorciado por mais de 4 anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- d) Na falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos ascendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

e) Na falta das pessoas mencionadas, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos colaterais até o 4º. grau.

**50.** São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. Não perdem o caráter de imóveis:

- a) os direitos pessoais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- b) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- c) o direito à sucessão aberta, mesmo antes do falecimento do de cujus.
- d) os materiais separados de um prédio, para noutro se reempregarem.
- e) as energias que tenham valor econômico.

**51.** Sobre os defeitos do negócio jurídico, marque a alternativa CORRETA.

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro accidental que poderia ser percebido por pessoa de diligência anormal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, mesmo quando este não for a sua causa determinante.
- c) O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d) Nos negócios jurídicos unilaterais, o silêncio intencional a respeito de fato ou qualidade da coisa, constitui omissão dolosa, provando-se que com ela o negócio não se teria celebrado.
- e) Não pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem dele aproveite tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que seja anulado o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

**52.** É anulável o negócio jurídico quando:

- a) for concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- b) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) não revestir a forma prescrita em lei.
- e) a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

**53.** Sobre os atos ilícitos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede ligeiramente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela moral e pelos usos do local de sua celebração.
- b) Comete ato ilícito aquele que, por omissão voluntária, bem como por negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- c) Caracteriza ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- d) Caracteriza ato ilícito o praticado em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- e) No caso de deterioração ou destruição da coisa alheia, o ato será considerado ilícito somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, mesmo que excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

**54.** As dívidas de jogo ou de aposta não obrigam a pagamento; mas não se pode recobrar a quantia, que voluntariamente se pagou, salvo se foi ganha por dolo, ou se o perdente é menor ou interdito.

- a) Estende-se esta disposição a qualquer contrato que encubra ou envolva reconhecimento, novação ou fiança de dívida de jogo; mas a nulidade resultante não pode ser oposta ao terceiro de boa-fé.
- b) As regras sobre jogo e aposta têm aplicação somente quando se trata de jogo proibido, mas não quando se trata de jogo regulamentado em lei, como a loteria federal.
- c) Não se excetuam das disposições do Código Civil sobre jogo e aposta, os prêmios oferecidos ou prometidos para o vencedor em competição de natureza esportiva, intelectual ou artística, desde que os interessados se submetam às prescrições legais e regulamentares
- d) Embora o jogo e a aposta configurem dívida natural, é possível exigir reembolso do que se emprestou para tal finalidade, no ato de apostar ou jogar.
- e) Há operações em bolsa de valores que configuram casos claros de jogo e aposta, em especial quando são liquidadas pela diferença entre o preço e a quotação.

**55.** Assinale a alternativa CORRETA sobre o contrato de fiança:

- a) A fiança dar-se-á por escrito ou verbalmente, mas admite interpretação extensiva.
- b) Não se pode estipular a fiança sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- c) As dívidas futuras podem ser objeto de fiança; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor.
- d) A fiança sempre compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.
- e) A fiança não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e nem contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada.

**56.** O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. São ainda efeitos da posse:

- a) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.
- b) Sempre obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.
- c) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora de imóvel, manter-se-á provisoriamente na posse a que tiver o registro, se não estiver manifesto que o obteve por fraude.
- d) O possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos, enquanto a posse durar.
- e) O possuidor de má-fé só responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que for constituído em mora; mas mesmo neste caso, não tem direito às despesas da produção e custeio.

**57.** Sobre o direito real de laje, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite que proprietário de uma construção-base possa ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.
- b) O direito real de laje não contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical.
- c) Quem responde pelos encargos e tributos que incidirem sobre a laje é o proprietário da construção-base.
- d) O direito real de laje estará sempre vinculado a uma fração ideal de terreno ou a uma participação proporcional nas áreas já edificadas.
- e) Os Municípios e o Distrito Federal poderão dispor sobre posturas edilícias e urbanísticas associadas ao direito real de laje.

**58.** Sobre o casamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A gratuidade do casamento abrange a habilitação e o registro.
- b) O casamento estabelece comunhão patrimonial de vida, com base na distinção de direitos e deveres dos cônjuges nos variados regimes.
- c) O vínculo matrimonial surge no exato momento em que é realizado o registro, o que ocorre logo após a manifestação, perante o juiz, da vontade dos nubentes de estabelecer o casamento, e o juiz os declara casados.
- d) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.
- e) O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas pelo ordenamento civil, terá os mesmos efeitos do casamento civil, independente de registro, a qualquer tempo, no registro civil, ou prévia habilitação perante a autoridade competente.

**59.** É proibido o casamento:

- a) Entre adotante e adotado.
- b) Entre os afins em linha colateral.
- c) Entre o adotante com quem foi namorado do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- d) Entre os colaterais, qualquer que seja o grau.
- e) Entre o cônjuge sobrevivente e o suspeito de tentativa de homicídio contra o seu consorte.

**60.** São fatores que determinam o encerramento da sociedade conjugal, EXCETO:

- a) a morte de um dos cônjuges.
- b) a nulidade ou a anulação do casamento.
- c) a separação judicial.
- d) o divórcio.
- e) a união estável.

**61.** Perderá o poder familiar o pai ou a mãe que:

- a) Disciplinar o filho.
- b) deixar o filho em abandono.
- c) entregar o filho para fins de adoção.
- d) praticar, contra o outro genitor, crime doloso contra o patrimônio.
- e) praticar, contra descendente, crime contra o estado de filiação.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Eduardo Calvert

**62.** Sobre as normas fundamentais do processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial. Esta disposição legal relaciona-se com o princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- b) O Estado promoverá, de forma obrigatória, a solução consensual dos conflitos.
- c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- d) A disposição legal do Código de Processo Civil que veda ao juiz a prolação das chamadas “decisões-surpresa” impede que o juiz, ao proferir sentença, se utilize de interpretação jurídica dos fatos diferente daquela proposta pelas partes em suas manifestações.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.

**63.** Analise as seguintes afirmações acerca do princípio do contraditório e sua aplicação no processo civil brasileiro:

I. A regra segundo a qual não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida admite 3 (três) exceções previstas expressamente no Código de Processo Civil, sendo elas: as tutelas provisórias de urgência; as tutelas de evidência em que o Código de Processo Civil autorize a decisão liminar; e a decisão que defere a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, no âmbito da ação monitória.

II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Em razão dessa disposição, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de se manifestar.

III. Caso o juiz ou o tribunal decida com base em decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, os enunciados de súmula vinculante, acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional ou orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados, deverão dar oportunidade às partes de se manifestarem sobre o precedente anteriormente à decisão.

Estão corretas as afirmações contidas:

- a) Apenas no item II.
- b) Apenas no item III.
- c) Em todos os itens.
- d) Apenas nos itens I e III.
- e) Apenas nos itens II e III.



**64.** Fernanda propôs ação contra Renata pedindo a rescisão de contrato de locação em decorrência de inadimplemento e o despejo de Renata de imóvel do qual esta é locatária. Considerando-se que Júlia é sublocatária do imóvel, assinale a alternativa correta:

- a) Por ser hipótese de litisconsórcio necessário, Fernanda deverá promover a citação de Júlia, sob pena de extinção do processo.
- b) A sentença eventualmente prolatada sem a integração de Júlia ao processo será nula.
- c) Júlia deverá ser cientificada do pedido e poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.
- d) Júlia deverá ser cientificada do pedido e poderá intervir no processo na qualidade de assistente litisconsorcial.
- e) A intervenção de Júlia no processo impede que Renata reconheça a procedência do pedido.

**65.** Sobre o cumprimento de sentença e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O devedor será intimado para cumprir a sentença por carta com aviso de recebimento, quando tiver procurador constituído nos autos.
- b) Quando não tiver procurador constituído nos autos, o devedor será intimado por meio de edital.
- c) Se o requerimento do exequente para o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia for formulado após 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça.
- d) O cumprimento de sentença far-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, em qualquer hipótese.
- e) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

**66.** Sobre as regras de competência interna previstas no Código de Processo Civil e de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive quando houver alteração da competência absoluta.
- b) Nas ações de despejo, é competente o foro do lugar da situação do imóvel, vedada a eleição contratual de foro diverso.
- c) Para as ações fundadas em direito real sobre móveis é competente o foro de situação da coisa.
- d) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.
- e) Para a ação de divórcio, o foro de domicílio do guardião de filho incapaz detém competência absoluta.

**67.** Roger se envolveu em acidente de trânsito com Novak, advindo danos materiais deste evento. Novak detém apólice vigente de seguro de responsabilidade civil. Nesta situação

- a) Existe hipótese de litisconsórcio facultativo passivo, de modo que Roger pode optar por promover demanda condenatória contra Novak, exclusivamente, contra a seguradora, exclusivamente, ou contra ambos.
- b) Roger não pode promover demanda contra a seguradora diretamente.
- c) Novak poderá promover a denúncia da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Roger. Neste caso, Novak será condenado ao pagamento de ônus sucumbenciais em relação à demanda principal e à demanda de regresso caso a ação principal seja julgada improcedente.
- d) Novak poderá promover a denúncia da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Roger. Neste caso, a denunciada deve limitar a sua defesa à ação regressiva.

e) Novak poderá promover a denúncia da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Roger. Neste caso, se for julgado procedente o pedido da ação principal, pode Roger, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra a denunciada, nos limites da condenação desta na ação regressiva.

**68.** Washington propôs demanda contra Assis, por meio da qual pede a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais advindos de acidente de trânsito ocorrido exatamente 8 meses anteriormente à distribuição da demanda. Em relação aos danos materiais, Washington pediu a condenação do réu ao pagamento de R\$ 15 mil a título de danos emergentes, além do pagamento de lucros cessantes em razão da impossibilidade de trabalhar que adveio ao autor em decorrência do acidente, no montante de R\$ 1 mil por mês, desde a data do acidente até o fim da convalescença; em relação aos danos morais, Washington pediu o arbitramento da indenização em R\$ 20 mil. Diante desta situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando que os valores estão atualizados até a data da distribuição:

- a) Se Washington deu à causa o valor de R\$ 47 mil, eventual impugnação ofertada por Assis deverá ser rejeitada pelo juiz.
- b) Assis poderá impugnar o valor da causa por meio de preliminar em contestação, sob pena de preclusão. O juiz não poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa.
- c) Assis poderá impugnar o valor da causa por meio de preliminar em contestação, sob pena de preclusão. O juiz poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa, desde que o faça antes da apresentação da contestação.
- d) Se Washington deu à causa o valor de R\$ 55 mil, eventual impugnação ofertada por Assis deverá ser rejeitada pelo juiz.
- e) Assis poderá impugnar o valor da causa por meio de petição autônoma, sob pena de preclusão. O juiz poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa a qualquer tempo.

**69.** Em relação à gratuidade da Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
- b) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- c) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- d) Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.
- e) A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

**70.** Em determinada ação que tramita perante a justiça estadual e na qual litigam um Estado da Federação e um particular, a Caixa Econômica Federal manifestou-se nos autos requerendo a sua admissão como “amicus curiae”, por deter interesse institucional no precedente que poderá ser criado a partir daquela demanda específica, que trata de questão relevante e de alta repercussão social. Diante desta situação

- a) O magistrado deverá rejeitar o pedido, uma vez que esta modalidade de intervenção de terceiros não admite o seu exercício por instituição financeira.
- b) O magistrado deverá rejeitar o pedido, uma vez que esta modalidade de intervenção de terceiros não é cabível em processos de natureza individual que tramitam perante a primeira instância.
- c) O magistrado deverá acatar o pedido, uma vez que o Código de Processo Civil garante a participação do “amicus curiae” independentemente de autorização judicial.
- d) O magistrado deverá remeter o processo ao juízo federal competente, o qual deve decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da Caixa Econômica Federal.
- e) Caso o juiz rejeite o pedido de ingresso, sua decisão será irrecurável.

71. Em processo que tramita pelo procedimento comum e veicula pedido de natureza condenatória, o juiz proferiu decisão de saneamento e organização do processo por meio da qual rejeitou preliminar de incompetência relativa do juízo arguida pelo réu; rejeitou preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo réu; afastou a alegação de prescrição da pretensão do autor feita pelo réu; determinou a produção de prova pericial requerida pelo réu; e rejeitou o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade formulado pelo réu. Diante desta hipótese concreta, das disposições do Código de Processo Civil e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) A decisão será passível de agravo de instrumento em relação a todas as matérias decididas. Isso porque, à luz do princípio da unirrecorribilidade, a análise do Tribunal deve ser realizada uma única vez sobre o teor da decisão.
- b) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a competência do juízo, mas não é cabível contra a decisão que afastou a alegação de prescrição da pretensão do autor.
- c) É cabível agravo de instrumento em relação à rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva, mas não é cabível contra a decisão que determinou a produção de prova pericial.
- d) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a competência do juízo, mas não é cabível em relação à rejeição da preliminar de ilegitimidade.
- e) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a prescrição da pretensão do autor, mas não é cabível em relação ao indeferimento da gratuidade.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

72. O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. Ante a existência de um conflito aparente de normas, a doutrina alemã apontou uma solução através do chamado “diálogo das fontes”. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) O diálogo das fontes, apesar de já bem consolidado na doutrina, vem sendo aplicado apenas implicitamente em alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça.
- b) No diálogo sistemático de complementaridade e subsidiariedade, haverá a aplicação simultânea das duas leis, de modo que uma lei pode servir de base conceitual para a outra.
- c) No diálogo sistemático de coerência, há aplicação coordenada das duas leis, uma lei pode complementar a aplicação da outra, a depender de seu campo de aplicação no caso concreto.
- d) No diálogo das influências recíprocas sistemáticas, há a influência do sistema especial no geral e do geral no especial, um diálogo de *double sens* (diálogo de coordenação e adaptação sistemática).
- e) O diálogo das fontes poderá estabelecer-se não apenas entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, mas, ainda, entre o Diploma Consumerista e outras leis especiais, sendo vedado pela jurisprudência, contudo, o diálogo entre o CDC e a Lei dos planos e seguros de assistência à saúde.

**73.** Maurício era titular de determinado plano de saúde coletivo empresarial que garantia a assistência à saúde dos funcionários da empresa contratante em razão do vínculo empregatício para com ela, quando veio a óbito. Tatiana, a esposa do *de cujus*, e seus dois filhos eram dependentes de Maurício no plano e, logo após a morte do titular, Tatiana necessitou de assistência médica do plano de saúde, o que lhe foi negado sob o argumento de que o contrato foi encerrado em decorrência do falecimento do titular. Nesse caso, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) No caso de morte do titular, os membros do grupo familiar, sejam eles dependentes ou agregados, não podem permanecer como beneficiários no plano de saúde.
- b) Na hipótese de falecimento do beneficiário titular, o direito do beneficiário dependente de permanecer no plano de saúde tem prazo certo previsto na Lei que regula os planos de saúde e, no particular, no contrato do convênio e no regulamento do plano, sem prejuízo do exercício do direito à portabilidade de carências, nos termos da Resolução pertinente da ANS.
- c) Na hipótese de falecimento do titular do plano de saúde coletivo, desde que por adesão, nasce para os dependentes já inscritos o direito de pleitear a sucessão da titularidade, em qualquer hipótese.
- d) Na hipótese de falecimento do titular do plano de saúde coletivo, desde que empresarial, nasce para os dependentes já inscritos o direito de pleitear a sucessão da titularidade, em qualquer hipótese.
- e) No caso de morte do titular do plano de saúde coletivo, os membros do grupo familiar, sejam eles dependentes ou agregados, podem permanecer como beneficiários no plano de saúde, independentemente de pagamento integral.

**74.** Com relação às práticas comerciais, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) A ausência de informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais e reações adversas de medicação configura vício do produto, conforme disposto no art. 18, do CDC, ocasionando responsabilidade objetiva do fabricante/fornecedor.
- b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de seguro de saúde de reembolso de despesas médico-hospitalares destinados à fruição dos empregados do empregador contratante, pois, dentro do pacote de retribuição e de benefícios ofertado, a relação do contratante-empregador com a seguradora é consumerista.
- c) O laboratório tem responsabilidade objetiva na ausência de prévia informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais da medicação, ainda que se trate do chamado risco de desenvolvimento.
- d) Ainda que ausente previsão contratual expressa, impõe-se o dever de custeio da fertilização in vitro pela operadora do plano de saúde, por se tratar de hipótese de cobertura obrigatória.
- e) É abusiva a negativa de cobertura para tratamento de emergência ou urgência do segurado mesmo sob o argumento de necessidade de cumprimento do período de carência, sendo cabível indenização por danos materiais, mas indevida indenização por danos morais.



**75.** Com relação à defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:

- a) Na defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, ressalvada a requisição de força policial.
- b) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, hipótese em que serão devidos somente os honorários de advogados.
- c) Apesar do Código de Defesa do Consumidor ser silente, a jurisprudência do STJ permite que o requisito da pré-constituição há pelo menos um ano seja dispensado para as associações, pelo juiz, desde que haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- d) O princípio da integratividade do microsistema processual coletivo, que adota um diálogo sistemático de coerência, buscado harmonia e integração na aplicação simultânea de duas leis, uma podendo servir de base conceitual para outra, é previsto tanto no Código de Defesa do Consumidor, como da Lei de Ação Civil Pública.
- e) Do mesmo modo que o sistema norte-americano, e por sua influência direta, no Brasil, qualquer pessoa pode propor ação coletiva de consumo, desde que prove a adequada representação do grupo.

**76.** Acerca da Convenção Coletiva de Consumo, é correto afirmar que:

- a) Os sindicatos de categoria econômica não possuem poder regulatório nas Convenções Coletivas de Consumo.
- b) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento nos respectivos órgãos e entidades que a celebrarem.

- c) A convenção obrigará as entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores da categoria referente, ainda que não signatárias do instrumento.
- d) Fica eximido de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.
- e) A convenção pode estabelecer condições relativas ao preço, à garantia e características de produtos e serviços, e ainda à reclamação e composição do conflito de consumo.

#### **PRINCÍPIO E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

Marcos Gomes

**77.** No que tange a estrutura administrativa da Defensoria Pública da Bahia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Defensor Público-Geral será nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes do quadro de carreira da ativa, e das 02 últimas classes, maiores de 35 anos, indicados em lista tríplice, para mandato de 02 anos, permitida uma recondução.
- b) O Gabinete do Defensor Público-Geral será dirigido pelo Subdefensor Público-Geral, o qual será escolhido dentre os Defensores Públicos das 02 últimas classes, pelo Defensor Público-Geral.
- c) O Conselho Superior terá como membros natos, exclusivamente, o Defensor Público-Geral, o Corregedor-Geral e o Subdefensor Público-Geral.
- d) O Corregedor-Geral será escolhido pelo Defensor Público-Geral, dentre os Defensores Públicos das 02 últimas classes, para mandato de 02 anos, permitida uma recondução.
- e) A Ouvidoria da Defensoria Pública será dirigida por um titular, não integrante do quadro de Defensor Público, para mandato de 02 anos, permitida uma única recondução.

**78.** No que tange às garantias e prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 26/2006 – Lei Orgânica do Estado da Bahia – é incorreto afirmar que

- a) são garantias previstas expressamente na legislação a independência funcional, a estabilidade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos.
- b) que o defensor possui a prerrogativa de não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de 24 horas, a comunicação ao Defensor Público-Geral, que designará um Defensor Público para acompanhar a apuração.
- c) é prerrogativa do defensor deixar de patrocinar ação, quando ela for considerada incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as suas razões, podendo este, caso delas discorde, reformar a decisão do defensor, momento em que o defensor que denegou atendimento deverá patrocinar a referida ação.
- d) o defensor possui a prerrogativa de se manifestar por meio de cotas, seja em autos administrativos, seja em autos judiciais.
- e) o defensor possui a prerrogativa de representar os sujeitos de direito, destinatários das funções institucionais da Defensoria Pública ou a coletividade, em processo administrativo ou judicial, independente de mandato, ressalvado os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

**79.** Em relação ao acesso à Justiça como programa de reforma e como método de pensamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) não há que se falar em dimensões do acesso à justiça, pois trata-se de um direito humano indivisível e que deve ser tutelado em sua integralidade.
- b) A terceira dimensão refere-se a ideia de Direito e Justiça, verificando-se a necessidade de efetivação de direitos sociais, efetivando-se a ideia de igualdade material.
- c) Ao abordar o acesso à Justiça como programa de reforma e como método de pensamento, o autor não

tem como objetivo a superação dos obstáculos de acesso à justiça.

- d) O cidadão não pode ser considerado um consumidor do acesso à justiça.
- e) O acesso à justiça é um programa de reforma único.

**80.** Em relação a evolução histórica da Defensoria Pública, da gratuidade de justiça da assistência jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Lei das Doze Tábuas foi um dos primeiros documentos a estabelecer regras sobre o patrocínio jurídico gratuito.
- b) As Ordenações Filipinas trouxeram as origens remotas da justiça gratuita, a exemplo da isenção de custas para a impetração do agravo.
- c) A Constituição de 1891, com forte inspiração no Constitucionalismo Liberal, nada estipulou acerca da assistência jurídica ou judiciária.
- d) A Constituição de 1937 não trouxe, expressamente, o direito à assistência jurídica ou judiciária.
- e) A Constituição de 1934 foi a primeira a prever, de forma inédita a nível constitucional, o direito à assistência jurídica.

**81.** Acerca da gratuidade de justiça no Código de Processo Civil, assinale a alternativa em consonância com o texto legal:

- a) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural e jurídica.
- b) De acordo com a referida lei, o estrangeiro não residente no Brasil não possui direito à gratuidade de justiça.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- e) Expressamente, o CPC dispõe acerca da gratuidade para fora do processo, abrangendo despesas extrajudiciais em cartórios.

**82.** Acerca da Ementa Constitucional n. 80, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A EC n. 80 reforçou a autonomia da instituição como um todo, notadamente quando coloca a Defensoria Pública em sessão própria (Seção IV), distinta daquela inerente à Advocacia (Seção III).
- b) No prazo de 8 anos, a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.
- c) Essa emenda consolidou, na Constituição, os princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- d) De acordo com a referida emenda, o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.
- e) A emenda constitucional n. 80 consolidou, no caput do art. 134, o conceito de Defensoria Pública previsto na Lei Complementar n. 80/94.

**83.** No que tange a autonomia da Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a Defensoria Pública do Estado não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites legais e constitucionais.
- b) Não compreende no exercício da autonomia institucional a elaboração de suas folhas de pagamento e a expedição dos competentes demonstrativos.
- c) Não compreende no exercício da autonomia institucional a abertura de concurso público.
- d) Não compreende no exercício da autonomia institucional a organização dos serviços auxiliares.
- e) A Emenda Constitucional n. 45 estabeleceu, expressamente, a autonomia das Defensorias Públicas da União e dos estados.

**84.** Acerca da atuação da Defensoria Pública como *ombudsman*, analise as afirmativas para ao final responder:

- I – a referida atribuição foi expressamente exposta no voto do relator na ADI n. 4636, acerca da desnecessidade de inscrição na OAB pelo defensor para o exercício de suas atividades.
- II – A atuação na qualidade de ombudsman pressupõe uma instituição independente que busca proteger os direitos humanos da população frente os abusos do Estado.
- III – Como exemplos de atuação, a Instituição poderá realizar inspeção e verificação in loco, mesmo sem comunicação prévia, sendo certo que poderá existir uma ênfase na possibilidade de conciliação e mediação, concretizando-se um modelo multiportas de acesso à justiça.
- IV – Trata-se de uma atribuição típica e tradicional da Defensoria Pública.

Estão corretas as afirmações contidas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I, IV.
- e) II, IV.

**ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA  
POPULAÇÃO E DA HISTÓRIA DA BAHIA**

Sérgio Henrique

**85.** “Marginalizado legalmente, o escravo nem sempre o é materialmente, na medida em que pode desempenhar certas funções na dinâmica econômica urbana. Estas funções o colocam numa posição de certa independência material, imposta pelas próprias modalidades de seu exercício”.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

Das várias modalidades de escravo existentes no Brasil do século XIX, aquela que se ajusta à análise da historiadora é:

- a) o escravo da lavoura, pois sua importância na economia exportadora o tornava imprescindível e insubstituível.
- b) o escravo de aluguel, pois representava um lucro extra ao seu dono, passando a ser bem tratado e respeitado.
- c) o escravo doméstico, porque podia cair nas boas graças do senhor e passar a exercer certo poder sobre os demais escravos.
- d) o escravo de ganho, pois sua atividade permitia-lhe certa autonomia e juntar algum dinheiro que serviria para a compra da alforria.
- e) o escravo público, porque não tinha um dono específico o que lhe permitia uma certa liberdade de escolha da função que desempenharia.

**86.** Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar que:

- a) a principal tarefa do espaço colonial era o de fornecer para a metrópole riquezas materiais, como os escravos indígenas e as pequenas manufaturas.
- b) a metrópole incentivava o livre comércio da colônia com as nações europeias e os colonos tinham plena autonomia para escravizar os indígenas.
- c) a colônia, produtora de matérias-primas, de gêneros tropicais e consumidora de manufaturados metropolitanos, estava submetida ao monopólio comercial da metrópole.
- d) o pacto colonial instituiu relações econômicas igualitárias entre a colônia e a metrópole, o que garantiu um forte desenvolvimento manufatureiro na colônia.
- e) o exclusivo metropolitano assegurava para o espaço colonial liberdade política e religiosa, além de incentivar a utilização de mão de obra livre na colônia.

**87.** Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar que:

- a) a principal tarefa do espaço colonial era o de fornecer para a metrópole riquezas materiais, como os escravos indígenas e as pequenas manufaturas.
- b) a metrópole incentivava o livre comércio da colônia com as nações europeias e os colonos tinham plena autonomia para escravizar os indígenas.
- c) a colônia, produtora de matérias-primas, de gêneros tropicais e consumidora de manufaturados metropolitanos, estava submetida ao monopólio comercial da metrópole.
- d) o pacto colonial instituiu relações econômicas igualitárias entre a colônia e a metrópole, o que garantiu um forte desenvolvimento manufatureiro na colônia.
- e) o exclusivo metropolitano assegurava para o espaço colonial liberdade política e religiosa, além de incentivar a utilização de mão de obra livre na colônia.

**88. Leia o Texto:**

Como tratar com os índios

A experiência de trezentos anos tem feito ver que a aspereza é um meio errado para domesticar os índios; parece, pois, que brandura e afago são os meios que nos restam. Perdoar-lhes alguns excessos, de que sem dúvida seria causa a sua barbaridade e longo hábito com a falta de leis. Os habitantes da América são menos sanguinários do que os negros d'África, mais mansos, tratáveis e hospitais.

VILHENA, L. S. A Bahia no século XVIII. Salvador: Itapuã, 1969 (adaptado).

O escritor português Luís Vilhena escreve, no século XVIII, sobre um tema recorrente para os homens da sua época. Seu posicionamento emerge de um contexto em que

- a) o índio, pela sua condição de ingenuidade, representava uma possibilidade de mão de obra nas indústrias.
- b) a abolição da escravidão abriu uma lacuna na cadeia produtiva, exigindo, dessa forma, o trabalho do nativo.
- c) o nativo indígena, estereotipado como um papel em branco, deveria adequar-se ao mundo do trabalho compulsório.
- d) a escravidão do indígena apresentou-se como alternativa de mão de obra assalariada para a lavoura açucareira.
- e) a escravidão do negro passa a ser substituída pela indígena, sob a alegação de os primeiros serem selvagens.

**89.** D. Luís da Cunha foi um dos mais importantes letrados do Império português. Em 1736, ao final de sua vida, elaborou uma obra intitulada Instruções Políticas, sobre Portugal e suas colônias, onde propunha que o monarca português, D. João V, escolhesse a cidade do Rio de Janeiro como sede da Corte e capital do Império.

A respeito do papel da cidade do Rio de Janeiro no período colonial, é correto afirmar:

- a) A partir das ponderações de D. Luís da Cunha, a monarquia portuguesa passou a organizar seus domínios coloniais sob a forma de províncias, tanto

na América quanto na África, com elevado grau de autonomia administrativa.

- b) O Rio de Janeiro tornou-se capital da área colonial em 1763, elevada à condição de Vice-Reino em 1774, mas perdeu essa condição no início do século XIX para a cidade de São Luís, no Maranhão.
- c) Influenciado pelo Marquês de Pombal, D. Luís da Cunha propôs a transferência da capital do Império para o Rio de Janeiro como uma forma de controlar as atividades dos jesuítas e de suas missões.
- d) O Rio de Janeiro sucedeu à cidade de Salvador como capital do Brasil em 1763, em uma medida que acompanhava o deslocamento da base econômica da colônia do Nordeste para a região mineradora.
- e) Apesar de não possuir a infraestrutura necessária, a partir das sugestões de D. Luís da Cunha, as autoridades portuguesas iniciaram os preparativos para que o Rio de Janeiro viesse a sediar a capital do Império.

**90.** No que diz respeito à Guerra de Canudos, pode-se afirmar corretamente que

- a) a oposição ao Estado laico da República, que instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios, associada à miséria e ao abandono do povo, caracterizam a comunidade de Antônio Conselheiro.
- b) ocorreu no sertão nordestino, mas o objetivo de Antônio Conselheiro era espalhar aquele modelo socialista de comunidade a todos os cantos do Brasil com apoio dos antimonarquistas.
- c) o discurso messiânico e sebastianista de Conselheiro tinha guarida entre os donos de terra que criticavam a República, pois faziam parte da elite monarquista deposta pelo golpe de 1889.
- d) apesar de alguma simpatia popular, Canudos não teve apoio das populações das cidades vizinhas, devido aos saques e às invasões promovidas pelos jagunços liderados por Conselheiro.



**91.** O encontro de Rodolfo Cavalcante com Lampião  
(Trecho de Cordel)

Foi Virgulino Ferreira

Pobre homem injustiçado

E por isto vingativo

Se tornou um acelerado,

Se a justiça fosse reta

Nem jornalista ou poeta,

O teria decantado.

(...)

Embora seja criança

Com meus 15 anos de idade

Pude ver em Lampião

Vítima da sociedade.

Talvez ele em outro meio

(Posso dizer sem receio)

Era útil à humanidade ! (...)

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. O encontro de Rodolfo Cavalcante com Lampião Virgulino. Salvador: [s.n.], 1973. In: CATELLI Jr, Roberto. História: texto e contexto. São Paulo: Scipione, 2006. p. 499.

Para o autor do Cordel Lampião é uma “vítima da sociedade”. Dentro desta perspectiva histórica, o cangaço é um fenômeno social resultante

- a) das alianças firmadas entre jagunços e coronéis no sentido de perpetuar o poder oligárquico no sertão brasileiro.
- b) das brigas entre os grandes coronéis, que incentivavam a formação de grupos de cangaceiros para se fortalecerem.
- c) dos conflitos entre famílias poderosas, que levavam alguns de seus membros a entrarem no cangaço para eliminar os inimigos.
- d) das poucas oportunidades oferecidas aos sertanejos em um contexto social marcado pela exploração oligárquica, pela miséria e pela fome.
- e) das disputas políticas entre grupos de jovens sertanejos, que se armavam e lutavam entre si para garantir o domínio de algumas cidades ou região.

**92.** Omolu espalhara a bexiga na cidade. Era uma vingança contra a cidade dos ricos. Mas os ricos tinham a vacina, que sabia Omolu de vacinas? Era um pobre deus das florestas d’África. Um deus dos negros pobres. Que podia saber de vacinas? Então a bexiga desceu e assolou o povo de Omolu. Tudo que Omolu pôde fazer foi transformar a bexiga de negra em alastrim, bexiga branca e tola. Assim mesmo morreria negro, morreria pobre. Mas Omolu dizia que não fora o alastrim que matara. Fora o lazareto. Omolu só queria com o alastrim marcar seus filhinhos negros. O lazareto é que os matava. Mas as macumbas pediam que ele levasse a bexiga da cidade, levasse para os ricos latifundiários do sertão. Eles tinham dinheiro, léguas e léguas de terra, mas não sabiam tampouco da vacina.

(Jorge Amado. Capitães da areia, 2008.)

O texto literário, publicado em 1937, fala da epidemia de bexiga (varíola) e

- a) reconhece a circulação global das doenças bacterianas e a facilidade de combatê-la em meios sociais pobres.
- b) identifica a origem africana da varíola e a baixa resistência da população afrodescendente de Salvador à doença.
- c) combina percepções médicas, religiosas e sociais sobre a epidemia de varíola na cidade de Salvador.
- d) associa cientificidade, preconceito social e política de confinamento no combate à epidemia de varíola em Salvador.
- e) despreza a dimensão mística e os saberes populares acerca das doenças e seus métodos de prevenção.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Lúcia Reinert

**93.** Diante do regramento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta em relação ao direito de viajar de crianças e adolescentes:

- a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- b) A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- c) A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o segundo grau.
- d) É dispensável a autorização de viagens para o exterior quando acompanhado da genitora.
- e) Qualquer criança poderá viajar em território nacional sozinha, desde que autorizada pelos pais.

**94.** De acordo com o ECA, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, exceto:

- a) Em regime de orientação e apoio sócio-familiar.
- b) Em regime de colocação familiar.
- c) Em regime de Liberdade assistida.
- d) Em regime de Abrigo
- e) Em regime de internação

**95.** Considere a seguinte situação hipotética e responda conforme entendimento atualizado dos tribunais superiores.

O Conselho Tutelar foi comunicado que uma criança de 4 anos de idade estava em absoluto estado de desnutrição e abandono, pois a mãe teria saído para trabalhar. A mãe alegou que estava desempregada e que não tinha com quem deixar a criança.

Diante desse contexto o caso foi encaminhado ao Ministério Público local. O Promotor, por sua vez, ingressou com uma representação civil por infração administrativa, afirmando que a mãe teria praticado a conduta descrita no artigo 249 do ECA.

Diante do contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A hipossuficiência financeira ou a vulnerabilidade familiar são suficientes, por si só, para afastar a multa prevista no art. 249 do ECA, eis que os genitores não possuem condições de arcar com a multa cominada de 3 a 20 salários mínimos.
- b) Por serem infrações administrativas, elas são apuradas por meio de procedimento conduzido no Conselho Tutelar mais próximo da residência da criança e/ou adolescente.
- c) A Defensoria Pública, que fez a assistência jurídica da mãe, alegou, que não se deve aplicar a multa pecuniária, tendo em vista que ficou comprovado que esta família vive em situação de extrema hipossuficiência financeira e vulnerabilidade familiar. Assim, de nada adiantaria a aplicação da sanção. O juiz, por sua vez, fundamentando em entendimento recente do STJ dispensou a multa pecuniária, exclusivamente em virtude de questão financeira.
- d) A multa deverá ser sempre excluída em caso de hipossuficiência financeira ou vulnerabilidade familiar.
- e) A situação econômica não deve ser o parâmetro determinante para eventual exclusão da multa, devendo-se analisar principalmente se a medida aplicada servirá efetivamente para prevenir e inibir a repetição das condutas censuradas

**96.** O ECA regulamenta a adoção de crianças e adolescentes estabelecendo requisitos expressos para a realização desta forma de colocação em família substituta. Conforme expressamente previsto no artigo 42 do ECA, assinale a alternativa correta.

- a) Podem adotar os maiores de 16 (dezesseis) anos, independentemente do estado civil.
- b) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- c) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- d) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- e) Não podem adotar os descendentes e os irmãos do adotando.

**97.** O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em relação ao “toque de recolher”. Diante dessa conduta, assinale a alternativa incorreta, ou seja, aquela que não corresponde ao entendimento do STJ.

- a) Conforme autoriza o art. 149 do ECA, o juiz pode disciplinar, por portaria, a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsáveis em estádios, bailes, boates, teatros etc. No entanto, essa portaria deverá ser fundamentada, caso a caso, sendo vedada que ela tenha determinações de caráter geral.
- b) É ilegal portaria do Juizado da Infância e Juventude que estabeleça toque de recolher, eis que é preciso delimitar o poder normativo da autoridade judiciária, em respeito ao Poder Legislativo.
- c) A portaria do Juiz da Infância e da Juventude não poderá ter caráter geral e abstrato, ou seja, não poderá ter características próprias de uma lei, sob pena de violar o princípio constitucional da separação de poderes.
- d) O STJ tem decidido que as portarias, de caráter geral, editadas pelos juízes da infância e da juventude são ilegais, pois elas devem ser fundamentadas caso a caso.
- e) Assim como o Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente admite o toque de recolher, como instrumento de proteção da criança e do adolescente.

**98.** As medidas socioeducativas são impostas aos adolescentes infratores, conforme previsto no ECA e no SINASE. Atendendo o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Ao completar 18 anos, o adolescente atinge a plena capacidade, ostentando a maioridade civil e a imputabilidade penal (art. 228 da CF).
- b) Em situações excepcionais, o Estatuto permanece aplicável às pessoas entre 21 e 24 anos.
- c) Conforme determina Estatuto da Criança e do Adolescente, a desinternação será compulsória aos 18 anos de idade
- d) De acordo com entendimento sumulado do STJ, o advento da maioridade é óbice à aplicação das medidas socioeducativas.
- e) De acordo com o Sinase, a maioridade colocaria fim às medidas socioeducativas (principalmente às medidas em meio aberto).

**99.** As medidas socioeducativas são divididas em medidas em meio aberto e meio fechado. No mais, apresentam características e particularidades próprias. Deste modo, em relação as medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta:

- a) As medidas de advertência têm duração continuada, prologando-se no tempo.
- b) A liberdade assistida terá prazo mínimo de 1 ano.
- c) A prestação de serviço à comunidade tem prazo determinado sendo no mínimo de 6 meses de duração.
- d) A lei fixa o tempo mínimo de internação, mas não o máximo de duração da medida socioeducativa.
- e) A liberdade assistida tem prazo mínimo determinado em lei, enquanto a prestação de serviços à comunidade tem prazo mínimo indeterminado pela lei.

**100.** Diante do cenário hipotético, assinale a alternativa correta:

Uma mãe biológica procurou a Defensoria Pública, pois teve o poder familiar perdido por força de ação proposta pelo Ministério Público local. De todo modo, ainda que tivesse perdido o poder familiar, não concordava que a guarda de sua única filha ficasse ao cuidado de uma vizinha, que pleiteava a guarda judicialmente.

Você, como Defensor (a) Público(a) irá orientá-la, conforme entendimento atualizado do Superior Tribunal de Justiça.

Deste modo, assinale a alternativa que não corresponda a orientação correta.

- a) A mãe biológica detém legitimidade para recorrer da sentença que julgou procedente o pedido de guarda formulado por casal que exercia a guarda provisória da criança, mesmo se já destituída do poder familiar em outra ação proposta pelo Ministério Público inclusive se já tiver transitada em julgado.
- b) O fato de a mãe biológica ter sido destituída, em outra ação, do poder familiar em relação a seu filho, não significa, necessariamente, que ela tenha perdido a legitimidade recursal na ação de guarda.
- c) Para a mãe biológica, devido aos laços naturais, persiste o interesse fático e jurídico sobre a criação e destinação da criança, mesmo após destituída do poder familiar.
- d) Enquanto não cessado o vínculo de parentesco com a filha, através da adoção, que extingue definitivamente o poder familiar dos pais biológicos, é possível a ação de restituição do poder familiar, a ser proposta pelo legítimo interessado, no caso, os pais destituídos do poder familiar.
- e) A mãe biológica não detém legitimidade para recorrer da sentença que julgou procedente o pedido de guarda formulado por casal que exercia a guarda provisória da criança.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-BA-Defensor-10-07>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>